

AGOSTO INDÍGENA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO PARA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.645/2008

AUGUST INDIGENOUS: TRAINING OF TEACHERS OF THE MUNICIPAL EDUCATIONAL NETWORK OF SÃO PAULO FOR THE APPLICATION OF LAW Nº 11.645/2008

Fernanda Borsatto CARDOSO

<feborsatto@hotmail.com>

Doutora em Educação pelo Prog. Educ., História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Professora de Educação Infantil, Prefeitura Municipal de São Paulo, SP, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2553152126867898>

Emerson de Oliveira GUARANI

Povo Guarani Nhandeva. Mestrando no PPG Antropologia Social – USP, São Paulo, Brasil

RESUMO

O intuito deste artigo é apresentar a experiência de formação de professores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo para a aplicação da Lei nº 11.645/08 no evento Agosto Indígena. A metodologia utilizada destaca-se por apresentar o protagonismo indígena em todas as etapas deste processo de formação, desde o planejamento até os cursos ministrados. O artigo contempla ainda práticas docentes nas lutas contemporâneas do Movimento Indígena de São Paulo e na organização de políticas públicas voltadas para a Educação das Relações Étnicorraciais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação para o Ensino de História e Cultura Indígena; Lei nº 11.645/08; Movimento Indígena; Formação de Professores.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present the experience of teacher training in the Rede Municipal de Ensino of São Paulo for the application of Law nº 11.645 / 08 in the Agosto Indígena event. The methodology used is notable for presenting the indigenous role in all stages of from the planning to the courses taught. The article also contemplates the teaching practices of the authors of this article in the contemporary struggles of the Indigenous Movement of São Paulo and in the organization of public policies focused on the Education of Ethnic-racial Relations.

KEYWORDS: Education for the Teaching of History and Indigenous Culture; Law nº 11.645 / 08; Indigenous Movement; Teacher Training.



INTRODUÇÃO

Em 09 de agosto é comemorado o Dia Internacional dos Povos Indígenas. A data foi criada por decreto da ONU em 09 de agosto de 1995, como resultado da atuação de representantes de povos indígenas de diversos locais do mundo. Essa atuação visava criar condições para a interrupção dos ataques sofridos pelos povos indígenas em seus territórios que perpassa séculos de genocídio e etnocídio¹.

Em 2013, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, lançou um plano de metas para sua gestão. A meta 58 objetivava “viabilizar a implementação das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008 que incluem no currículo oficial da rede de ensino a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Pela primeira vez, na cidade de São Paulo, o Ensino de História e Cultura Indígena comporia um plano de políticas públicas a serem implementadas. O órgão responsável pelo desenvolvimento desta meta foi o Núcleo de Educação Étnico-racial (NEER) da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP), em colaboração com a recém-criada Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR).

Desde sua criação, em 2006, o NEER tinha como principal atuação a formação de professores para trabalhar com a questão africana e afro-brasileira. Em 2013, visando cumprir o disposto na Lei nº 11.645/08 e ouvindo as demandas da sociedade civil e o disposto na meta 58, o coordenador do Núcleo, Rafael Ferreira da Silva, criou duas novas áreas: a Indígena e a Imigrante. Para compor a área indígena foram chamadas as técnicas pedagógicas: Fernanda Borsatto Cardoso e Adriana de Carvalho Alves, que tinham como prerrogativa desenvolver ações voltadas para a formação de professores da Rede Municipal de Ensino sobre o Ensino de História e Cultura Indígena.

Naquele momento, a tarefa de formar professores para a educação das relações étnico-raciais (ERER) tornou-se mais complexa, uma vez que com a nova composição do Núcleo se colocava o desafio buscar um ponto de convergência das três áreas (Africana/Afro-brasileira, Indígena e Imigrante) e, ao mesmo tempo, respeitar as especificidades cada uma delas.

Como aponta Januário (2015), este desafio era sem precedentes:

¹ <http://www.unric.org/pt/actualidade/30918-dia-internacional-dos-povos-indigenas-construir-um-mundo-onde-a-diversidade-e-celebrada>.

Tendo em vista que não há ainda no Brasil, de maneira institucional e generalizada, uma disciplina ou um programa de formação para educadores com base nas Leis 10.639/03 e 11.645/08, que possam fornecer um fórum de debates a respeito da aplicação prática do tema. Dessa maneira, para que esses educadores tenham conteúdos significativos e aporte teórico que os auxiliem na formação de um conhecimento autônomo a respeito do tema, é preciso antes desconstruir o aprendizado construído “naturalmente” durante esses longos anos.

O princípio desta parceria era pensar uma proposta curricular crítica para a Rede Municipal de Educação de São Paulo (RME/SP), em que a luta dos movimentos sociais e seus sujeitos fossem aspectos centrais.

Pensando em estratégias para desenvolver ações e buscar parcerias, em 2014, o NEER procurou os representantes dos povos indígenas de São Paulo com o objetivo de montar um evento de abrangência municipal visando cumprir o disposto na Lei nº 11.645/08. Neste momento, iniciava-se os primeiros esboços de uma parceria entre SME-SP e os representantes indígenas.

Era importante pensar um mês alternativo ao mês de abril para a realização deste evento. Chegou-se ao dia internacional dos povos indígenas, comemorado em 9 de agosto. A data foi sugerida porque era preciso rememorar outras lutas e, ao mesmo tempo, problematizar a verdadeira finalidade de datas comemorativas, em geral, reproduzidas sem muitas críticas em ambientes universitários e escolares. Neste sentido, buscou-se uma data alternativa ao dia 19 de abril por duas razões. (1) Muitas escolas e universidades lembravam-se dos povos indígenas apenas nesta data e esta “comemoração” muitas vezes reproduzia uma série de estereótipos e preconceitos que precisavam ser problematizados. Havia o interesse de romper com esta tradição e ampliar o debate sobre as questões indígena ao longo do ano. (2) O dia 19 de abril havia sido instituído como uma data comemorativa pelo presidente Getulio Vargas no mesmo momento em que instituiu uma política desenvolvimentista chamada “Marcha para o Oeste”, que foi responsável pelo genocídio de diversos povos indígenas. A data deveria ser ressignificada como um momento de lembrar a luta e resistência destas populações.

O NEER lançou em abril de 2014 o documento *O que é importante lembrar no “dia do índio”: subsídios para a discussão de História e Cultura Indígena*. Este documento foi enviado para todas as escolas da RME-SP e tinha por objetivo repensar a questão indígena na escola de modo a não reforçar alguns estereótipos presentes na sociedade, que veiculam uma representação genérica dos indígenas, contribuindo para uma padronização do imaginário coletivo. A

proposta do texto era debater os 5 equívocos mais comuns sobre a temática indígena: (1) Os índios são todos iguais, (2) índios têm cultura atrasada e primitiva, (3) são culturas congeladas no tempo e no espaço, (4) os índios fazem parte do passado e (5) brasileiro não é índio.

No livro *Povos indígenas e psicologia: a procura do bem viver* também há uma releitura sobre a real importância de tal data.

Dia 19 de abril é também dia da Psicologia e nosso dever é refletir sobre as 305 etnias, os vinte povos isolados na Amazônia brasileira, as 274 línguas. É dia de recapitular o massacre ocorrido nestes últimos 516 anos de invasão pela esquadra européia. É dia de refletir profundamente sobre o sofrimento causado pelo colonialismo, por teorias evolucionistas, racistas, discriminatórias e preconceituosas justificadas por grande parte da ciência. É dia de pensar sobre a invasão ideológica, do estupro de crianças e mulheres indígenas em diversas regiões do Brasil, com mortes e assassinatos de muitas lideranças indígenas vitimadas pela ocupação desenfreada de seus territórios pelo agronegócio e multinacionais. De refletir sobre o direito indígena, sobre os artigos constitucionais 231 e 232, que estão fora de moda nas demarcações de terras em andamento. É dia da (o) psicóloga (o) refletir se corre em suas veias sangue indígena e questionar suas futuras práticas frente o sofrimento, luta e golpes sofridos pelos povos e comunidades indígenas em todo Brasil. É dia de pensar sobre a formação e troca de saberes entre a Psicologia e Povos Indígenas, na diversidade brasileira, nas culturas de vários povos, na sua religião, sua arte, sua linguagem, seu conhecimento ancestral, sua organização social e política, sua literatura, conhecimento milenar e, sobretudo, seu bem viver. (GUARANI, 2016, p. 101)²

Havia o entendimento que a Lei nº 11.645/08 era um importante instrumento para refletir sobre a revisão do currículo escolar e sua ação nas diversas esferas de educação e de poder. Em São Paulo, capital, os Movimentos Indígenas juntamente com representantes da SME-SP se debruçaram na elaboração de uma política pública a fim de pensar sobre uma educação menos eurocêntrica e mais democrática. Este esforço ficou evidente no documento *Direitos de aprendizagem dos ciclos interdisciplinares e autoral: História*, publicado em 2016.

O desenvolvimento de processos educativos teve como prerrogativa o modelo de Gestão Escolar Democrática, cuja perspectiva é a valorização do protagonismo das pessoas historicamente excluídas, que embora desde há muito se encontrassem em nossa cidade, almejando assim a construção e a efetivação de um currículo crítico, inclusivo, descolonizado e emancipatório. (SÃO PAULO [SME/COPED] 2016, p. 12)

² Texto difundido pelo CRP SP em seu sítio eletrônico e redes sociais, por ocasião do dia 19 de abril de 2016. O livro completo se encontra no sítio eletrônico <http://www.crsp.org/fotos/pdf-2016-08-24-16-20-25.pdf>. Sou um dos representantes indígenas no Núcleo Psicologia e Povos Indígenas, do Conselho de Psicologia de São Paulo.

1 | MOSTRA AGOSTO INDÍGENA NOS CEUS (2014): VISIBILIDADE DA PRESENÇA INDÍGENA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Foi dentro deste contexto de gestão democrática e de implementação da Lei nº 11.645/08 no âmbito da SME-SP que em junho de 2014, após alguns contatos telefônicos e breves discussões entre representantes indígenas e representantes do NEER, foi decidido convocar uma reunião para discutir os caminhos e percursos para a viabilização de uma ação conjunta de formação para todo o município.

A reunião se realizou na SME-SP no dia 11 de junho de 2014³, mediante da chamada em Diário Oficial da *Portaria Intersecretarial nº 01*, de 19 de maio de 2014. Foram convocados representantes da SME-SP/SMPPIR-SP⁴/SMDHC-SP⁵/SMC-SP⁶ e tinha o objetivo de promover a organização “I Mostra Cultural Agosto Indígena nos CEUs⁷”.

Estavam presentes representantes destas secretarias e de 26 etnias indígenas⁸ de toda a cidade de São Paulo e região metropolitana.

A reunião visava construir o formato do evento, pensando estratégias para promover e dar visibilidade a população indígena de São Paulo. O primeiro ponto discutido foi a definição de um tema que nortearia todas as atividades, chegou-se a conclusão era preciso dar *Visibilidade da presença indígena na cidade de São Paulo*, uma vez que São Paulo era a quarta maior em presença indígena do país e somava-se mais de 41.000 indivíduos de diversas etnias presentes em todo o Estado.

Depois do tema definido, os participantes começaram a apresentar suas ideias. A

³ Além dessa já haviam ocorrido encontros em 03 de junho de 2014 entre a equipe da representantes indígenas, DOT/NEER e SALA/CEU; em 06 de junho de 2014, entre representantes da SME e da SMDH e representantes indígenas.

⁴ Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo.

⁵ Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.

⁶ Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

⁷ Os Centros Educacionais Unificados (CEUs) são equipamentos construídos pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, a partir de 2001, que integram atividades de educação, práticas esportivas, culturais e de lazer. Atualmente a cidade de São Paulo conta com 46 CEUs, localizados em regiões periféricas da cidade.

⁸ Rafael Ferreira Silva, Fernanda Borsatto Cardoso e Adriana de Carvalho, da SME-DOT/Etnico-Racial; Marilândia Frazão, Luciana Oliveira e Bruno Tserebutwé (Xavante), da SMPPIR; Heloisa Pires de Lucca, da SMC; Pedro Peruzzo, da SMDH; Ana Blaser; Mauricio da Silva, Alizio Gabriel Tupã Mirim, Emerson de Oliveira Souza, Adriano Veríssimo Lima, Jovelino da Silva, etnia Guarani; Renato Angelo Pereira, etnia Pankararé; Avani Florentino, etnia Fulni-ô, Maira Lacerda Krenak, etnia Krenak; Jarbas H. Silva, etnia Pankararu

representante da SMC-SP⁹, Heloisa Lucca, sugeriu que fosse realizada uma mostra de filmes no espaço dos CEUs que retratassem a questão indígena. A proposta consistia em pensar uma curadoria indígena para a escolha dos filmes que seriam apresentados; sugeriu ainda integrar o *Programa Aldeia*¹⁰, bem como a bienal de cinema indígena *Aldeias SP ao Agosto Indígena*. O que de fato ocorreu e abrihantou o evento numa inflexão de outros projetos em andamento que contribuíram para encurtar a distancia entre a Educação – Publico – Órgãos Municipais, por fim, propôs a contratação de uma equipe de filmagem para fazer o registro.



Fig. 1. Foto da abertura da I Mostra Agosto Indígena 2014 nos CEUs no Centro Cultural São Paulo. Fonte: Débora Weber. Publicado em 6 de abr de 2017¹¹

Além da representante da SMC-SP, houve diversas contribuições das pessoas presentes nesta reunião.

Bruno Xavante sugeriu:

...é necessário mapear as manifestações culturais das etnias indígenas, e decidir se a exposição contará apenas com elementos tradicionais da Cultura ou se estará aberta a inserção de outras formas, tais como o “forró”.

⁹ Heloisa de Lucca, representante da Secretaria Municipal de Cultura.

¹⁰ Programa Aldeias é uma ação da Secretaria Municipal de Cultura e tem como objetivo de fortalecer e promover as expressões culturais tradicionais do povo Guarani Mbya, nas aldeias (tekoa) presentes no Município. Informação disponível em: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/projeto/688/>

¹¹ Em sitio eletrônico <https://www.youtube.com/watch?v=RK64dim-Alc>

Maurício Guarani Mbyá disse que era primordial:

...a importância de elementos que não são tradicionais da Cultura Guarani, mas poderiam ser utilizados como ferramenta para a divulgação das demandas da comunidade Guarani (referindo-se ao Rap).

Marilândia Frazão da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Emerson Guarani deram a sugestão de:

Pensar um evento de abertura como um ato simbólico onde todas as etnias da cidade de São Paulo sejam contempladas, com a divulgação dos indicadores sociais desta presença de acordo com os dados do IBGE.

O coordenador do Núcleo Étnico Racial da Secretaria Municipal de Educação pontuou que as atividades deveriam ocorrer em 13 CEUs e nas 3 aldeias Guaranis de São Paulo¹².

Adriano (Guarani Mbyá) pediu para priorizar os CEUs que não tinham contato com a questão indígena, para a sensibilização destes territórios para a temática.

A reunião deste dia terminou com os seguintes encaminhamentos: 1) Os indígenas iriam pensar as atividades que seriam desenvolvidas junto a alunos, professores e comunidade escolar; 2) Seria responsabilidade dos representantes indígenas ali presentes montar uma rede de comunicação maior entre o Movimento Indígena para o chamamento das etnias que não estavam representadas na reunião; 3) Deveriam ser definidas as formas de pagamento, bem como os valores cobrados pelas atividades; 4) Seria elaborado um “formato” para o evento, bem como um título atrelado a um tema específico, que conforme já citado acima seria *Visibilidade a presença indígena na cidade de São Paulo*; 5) O evento seria organizado de forma a garantir que as várias expressões (música, dança, artes plásticas) fossem contempladas em todos os territórios que acolheriam o evento.

Neste sentido, é importante destacar que a participação indígena na organização deste evento estava em consonância com o artigo 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre os Povos Indígenas e Tribais, decreto nº 5.051, de 19 de Abril de 2004, que destaca que é de primordial importância:

a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam

¹² O que não ocorreu nas aldeias. Por questões políticas que envolveram a luta do Território Guarani. E a Secretaria Municipal de Educação através de seus coordenadores não permitiram tais eventos. Mas essa questão foi encaminhada em quase todos os debates do agosto indígena com a presença dos Guarani do Jaraguá.

previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes; c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.¹³

Merece destaque a questão que discute a declaração indígena artigo 1º da Convenção 169 da OIT, decreto nº 5.051, de 19 de Abril de 2004, que nos permite refletir:

1. A presente convenção aplica-se: a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial; b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas. 2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção. 3. A utilização do termo "povos" na presente Convenção não deverá ser interpretada no sentido de ter implicação alguma no que se refere aos direitos que possam ser conferidos a esse termo no direito internacional.¹⁴

Ao consultar os povos indígenas, as secretarias municipais de São Paulo estavam levando em conta esta Convenção, assim como a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 231 e 232.

Pensando na participação indígena para a aplicabilidade da Lei nº 11.645/08, torna-se importante ressaltar a realidade da cidade de São Paulo. Segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/CENSO – 2010, o município de São Paulo é o quarto maior em população indígena do Brasil, com 12.997 indivíduos que se declaram indígena e está em primeiro lugar em número de indígenas em contexto urbano, com 11.918 indivíduos.

Apesar destes números, a presença indígena nas Universidades, assim como a inclusão disciplinas que tratem desta temática ainda são muito tímidas. Buscando reverter este quadro, se destacam ações como o Programa Pindorama na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), que tem como objetivo oferecer bolsas de estudos e permanência para indígenas cursar o ensino

¹³ <http://www.cpis.org.br/indios/html/legislacao/55/convencao-169-da-organizacao-internacional-trabalho.aspx>

¹⁴ <http://www.cpis.org.br/indios/html/legislacao/55/convencao-169-da-organizacao-internacional-trabalho.aspx>

superior nesta universidade. Os estudantes deste programa organizam desde 2007 a *Retomada indígena*, evento que tem a finalidade de propor debates atuais sobre a questão indígena a toda a comunidade acadêmica desta instituição. Este evento serviu de inspiração de muitas formas para a organização do Agosto Indígena.

Sobre a importância do protagonismo dos Movimentos Indígenas em São Paulo, Emerson Guarani (2015) aponta em *Educacion y Pueblos Indigenas*:

Os movimentos indígenas na cidade de São Paulo com destaque para o Conselho de Articulação Indígena¹⁵ possuem grande influência nesta mudança. É formado por *indígenas que vivem em contexto urbano* na cidade de São Paulo e grande São Paulo, com um expressivo número de etnias como Pankararu¹⁶, Pankararé¹⁷, Funi-ô¹⁸, Xavante¹⁹, Potiguara²⁰, Guarani Nhanveva²¹, Atikum²², Terena²³, kaingang²⁴ e

¹⁵ O Conselho de Articulação Indígena das Lideranças indígenas de São Paulo possui como data de fundação o mês de Dezembro de 2003.

¹⁶ O Povo Pankararu, originário da região de Brejo dos Padres, em Pernambuco, próximo ao Rio São Francisco, que migraram para São Paulo no final da década de 1950, fugindo da seca e de conflitos com posseiros invasores, em busca de melhores condições de sobrevivência. Atualmente em São Paulo estão em aproximadamente 1500 pessoas, vivendo em mais de trinta bairros da capital como Real Parque, Paraisópolis, Capão Redondo, Butantã, Valo Velho, Cidade Dutra, Grajaú, Parque Santa Madalena, Jardim Elba, São Miguel Paulista, Alem dos Municípios da Grande São Paulo, como Mauá, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Taboão da Serra, Osasco e Francisco Morato.

¹⁷ O povo Pankararé é originário do Norte da Bahia, da região desértica do Raso da Catarina. Sua Vinda para São Paulo e municípios vizinhos, em busca de trabalho, iniciou-se na época da seca de 1955. Desde então, houve um constante fluxo migratório entre seu território de origem e a região metropolitana de São Paulo. Na capital paulista os Pankararé moram, sobretudo, em bairros da Zona leste (São Miguel e Itaim) e nos municípios de Osasco, Guarulhos e Suzano, perfazendo um total de 450 pessoas.

¹⁸ O povo Fulni-ô é originário do município de Águas Belas, em Pernambuco. Algumas famílias começaram a migrar para a região da grande São Paulo na década de 1960, em busca de emprego e melhores condições de vida. Estão presentes nos municípios de São Paulo, Guarulhos, São Caetano, São Bernardo, Carapicuíba e Santana de Parnaíba, perfazendo um total de cerca de cem pessoas.

¹⁹ Os xavantes pertencem ao grupo étnico e possuem como origem o Estado do Mato Grosso do Sul.

²⁰ Os Potiguara são originários da região da Baía da Traição, no litoral da Paraíba. Suas terras tradicionais estão identificadas e uma delas foi homologada, contudo continuam invadidas por posseiros e usineiros. Diante dos conflitos e da falta de terra, muitas famílias migraram para o sudeste. Em São Paulo, vivem nas regiões de São Miguel Paulista e Santo Amaro, além de Guarulhos, contando cerca de oitenta pessoas.

²¹ Originários do Paraná, de Bauru e litoral de São Paulo, algumas famílias dessa etnia vieram para São Paulo nos anos de 1970 e moram hoje na Zona Leste e em Guarulhos. Seus antepassados são descendentes de uma antiga migração Guarani que vieram do Paraguai no final do século XIX, tendo se instalado no litoral Sul de São Paulo sendo transferidos pelo Serviço de Proteção ao Índio-SPI para a região de Bauru. É de lá que vieram para São Paulo.

²² O povo Atikum é originário da Serra do Umã, município de Carnaubeira da Penha, Sertão Pernambucano. Esta região é historicamente marcada por violência, seja pelas invasões de suas terras, seja pela rivalidade política entre famílias que disputam o poder no município. Algumas famílias Atikum migraram para São Paulo na década de 1980 e se estabeleceram na zona norte da capital, onde vivem cerca de cinquenta pessoas.

²³ Os Terena que se encontram em São Paulo, na sua maioria são procedentes da região de Miranda, no Mato Grosso do Sul. A vinda deles se deu no final dos anos de 1970, instalando-se na capital e arredores. Por serem agricultores, vários deles se transferiram para Mogi das Cruzes, empregando-se em chácaras. Há também Terena que vieram de Bauru e que são descendentes de famílias que foram para lá final da década de 1920.

de quatro comunidades indígenas Guaraní a Tekoa Pyau²⁵, Tekoa Itu²⁶, Tekoa Krukutu²⁷ e Tekoa Tenonde Porã²⁸ com a Associação SOS Pankararu²⁹ da comunidade Pankararu do bairro Real Parque³⁰ em São Paulo³¹ que juntos participaram do projeto para a inclusão de Universitários Indígenas. (GUARANI, 2015 p.81)

O protagonismo dos representantes indígenas na cidade de São Paulo incetivado pelas ações do Programa Pindorama e do evento Agosto Indígena ganha maior relevância ao objetivar a aplicação da Lei nº 11.645/08, tendo em vista o pioneirismo da elaboração de cursos para o Ensino de História e Cultura indígena planejada e ministrada pelos próprios indígenas.

Vale destacar que a construção do evento foi caracterizada por um processo cheio de contradições, embates e incompletude. As vésperas do início do evento avaliou-se que embora a iniciativa de se inserir vídeos sobre a questão indígena fosse de extrema importância, houve falhas no tocante ao olhar sensível sobre os temas que deveriam ser abordados nesta mostra de filmes. A seleção de filmes privilegiou os contextos de aldeias nos quais os programas citados a cima foram desenvolvidos e acabou por não contemplar os vídeos de povos indígenas que viviam em contexto urbano. Ao verificar a ausência de filmes relacionados aos indígenas em contexto urbano, foi sugerido então inseri-los nos cursos que seriam ministrados aos professores da RME-SP. Assim, foram selecionados os filmes: *The Side of Green*, de Cristiano Navarro e *Raízes Pankararu*, de Ed Carlos Pankararu.

2 ORGANIZAÇÃO DA I MOSTRA AGOSTO INDÍGENA NOS CEUS (2014)

Durante as demais reuniões pensou-se no cronograma do evento. Ficou decidido que a I Mostra Agosto Indígena nos CEUs teria um formato em que o protagonismo indígena seria privilegiado em todas as atividades desenvolvidas: cursos, oficinas e apresentações culturais.

²⁴ Poucas famílias vivem na cidade de São Paulo, e são originários do oeste do estado, da Região de Bauru. São parentes de outros Kaingang que vivem no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Migraram para São Paulo no começo dos anos 80, morando hoje na zona leste de São Paulo. O Kaingang é o único povo nativo do estado, sobrevivente de um grande massacre, ocorrido na construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil.

²⁵ Estão localizados no Pico do Jaraguá no Tekoa Pyau vivem 250 pessoas em apenas 2.00 hectares.

²⁶ Estão localizados também no Pico do Jaraguá no Tekoa Ytu onde vivem cerca de 70 pessoas em 1,7 hectare.

²⁷ Na Zona Sul, no Tekoa Krukutu, com 120 pessoas.

²⁸ Na Zona Sul no Tekoa Tenondé Porá, com 550 pessoas.

²⁹ Idem, ibidem item 13.

³⁰ Bairro da zona Sul de São Paulo com forte presença da elite empresarial Paulistana.

³¹ Idem, ibidem item 10.

Os cursos seriam ministrados em três encontros, com carga horária total de 12 horas. Um dia seria destinado à apresentação e debate de filmes, e os outros dois dias seriam em formato de seminário com mesas compostas por palestrantes indígenas e não indígenas.

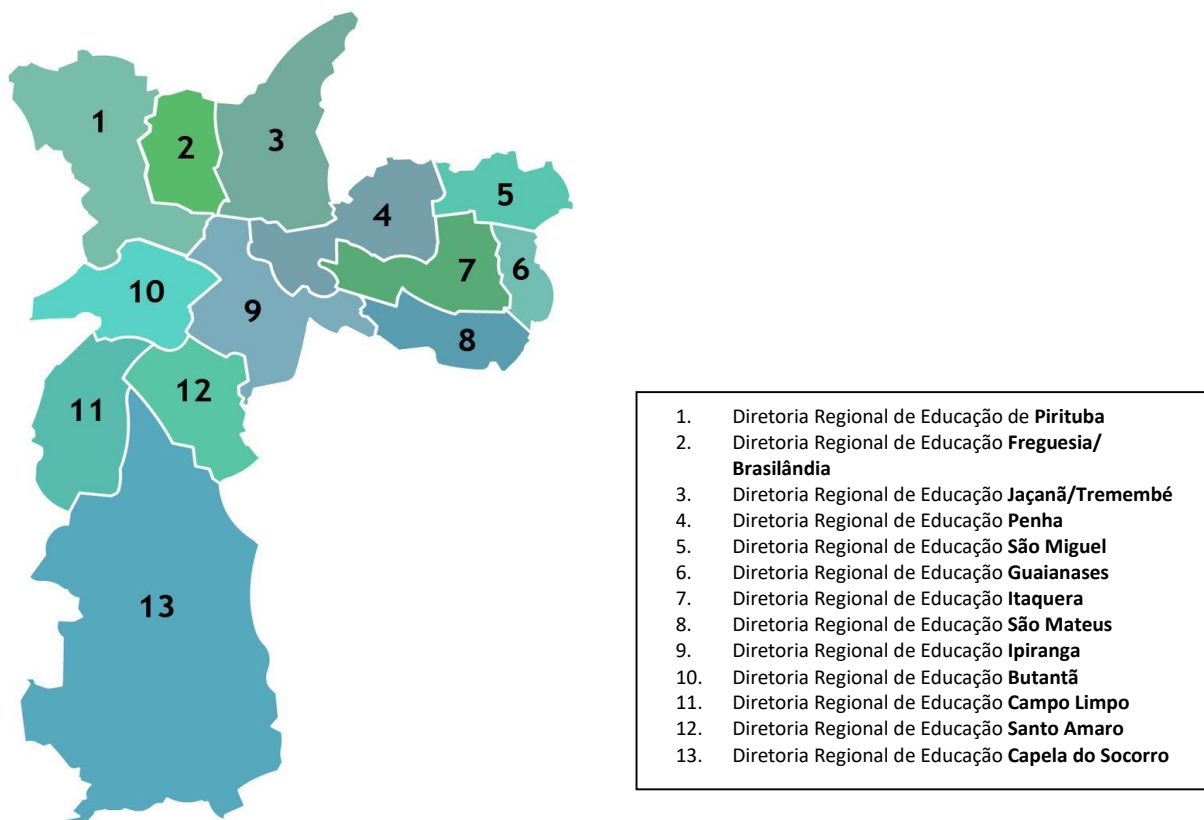
As oficinas e apresentações culturais teriam a duração de 60 minutos, destinadas aos alunos, professores e a comunidade escolar, seriam compostas por atividades como: cantos danças, confecção de artesanatos, pintura e grafismo sobre a cultura dos povos participantes.



Fig. 2. Foto de Emenson Guarani e Leopardo Kaxinawa (óculos) no curso oferecido no CEU Lajeado Fonte: Agosto Indígena 2015

Faltava determinar quais CEUs participariam do evento, uma vez que os palestrantes já haviam sido definidos. A SME-SP ficou a responsável em organizar a logística de agendamento das atividades junto às Diretorias Regionais de Ensino (DRE) e aos Centros de Educação Unificados (CEUs). Foram feitas duas reuniões com os representantes destes órgãos em que ficou definido que a adesão dos CEUs seria mediante a manifestação de interesse, depois seria enviada uma lista por e-mail com as atividades descritas e cada pólo poderia escolher 2 oficinas, 2 apresentações culturais, 1 mostra de cinema e 1 curso. As datas também deveriam ser escolhidas para que os cursos fossem publicados em Diário Oficial e os professores pudessem se inscrever. Participaram do evento os CEUs das seguintes regiões de São Paulo:

Fig. 3. Mapa das Diretorias Regionais de Educação da RME – SP, retirado do site da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Acesso em: 25/03/2016.



Quanto aos CEUS e as data de início dos cursos, assim ficou definido:

Diretoria Regional de Campo Limpo no dia 12/08/2014, CEU Paraisópolis.

Diretoria de Pirituba no dia 12/08/2014, CEU Vila Atlântica

Diretoria de Campo Limpo no dia 13/08/2014, CEU Paraisópolis

Diretoria de Santo Amaro no dia 13/08/2014, CEU Alvarenga

Diretoria de Pirituba em 14/08/2014, CEU Vila Atlântica

Diretoria de Guaianases em 14/08/2014, CEU Inacio Monteiro

Diretoria de São Amaro em 15/08/2014, CEU Alvarenga

Diretoria de Jaçana em 16/08/2014, CEU Jaçanã

Diretoria de Ensino de Itaquera em 18/08/2014, CEU Aricanduva

Diretoria Regional de Itaquera em 19/08/2014, CEU Azul da Cor do Mar

Diretoria Regional de São Miguel em 19/08/2014, CEU Vila Curuçã

Diretoria Regional de São Matheus em 19/08/2014, CEU Alto Alegre

Diretoria Regional de Guaianases em 20/08/2014, CEU Inácio Monteiro

Diretoria Regional de São Mateus em 20/08/2014, CEU Alto Alegre
Diretoria Regional de São Miguel em 21/08/2014, CEU Curuça
Diretoria Regional da Penha em 21/08/2014, CEU Tiquatira
Diretoria Regional da Penha em 22/08/2014, CEU Quintas do Sol
Diretoria Regional de Jaçanã em 23/08/2014, CEU Jaçanã
Diretoria Regional do Butantã em 23/08/2014, CEU Butantã
Diretoria Regional do Ipiranga em 26/08/2014, CEU Meninos
Diretoria Regional do Ipiranga em 27/08/2014, CEU Meninos
Diretoria Regional do Butantã em 23/08/2014, CEU Butantã
Mostra de Filmes Indígenas no Centro Cultural Vergueiro

Quanto aos 23 palestrantes indígenas em 48 seminários:

Adriana Testa - Douto em Antropologia - FFLCH-USP, integrante do Centro de Estudos Ameríndios da USP e pesquisadora associada do Centro de Trabalho Indigenista. Palestra: Por que estudar a temática indígena na escola?

Adriano Veríssimo Lima - Representante do povo Guarani Mbyá da Aldeia Tenondé Porã - SP. Palestra: *Nossas lutas e raízes indígenas*

Ana Blaser - Representante da SME – Palestra: Lei 11.645/08: Conjuntura indígena atual e saberes indígenas na formação de professores para a Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

Aparecida Pankararé – Representante do Povo Pankararé, Formada em Pedagogia Pindorama/PUC-SP. Palestra: O indígena no livro didático.

Ava Fulni-ô – Representante do Povo Fulni-ô e Presidente do COMPISP.

Benedito Prezias – Representante da Pastoral Indigenista de São Paulo, coordenador do Programa Pindorama – PUC-SP

Bruno Simões Gonçalves – Psicólogo, conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), onde coordena o Núcleo Terra, Raça, Etnia - GT Psicologia e Povos indígenas. Palestra: *A construção de um imaginário em torno dos povos Indígenas no Brasil.*

Bruno Tserebutwé Xavante – Representante do Povo Xavante, graduando em Ciências Sociais – Pindorama/PUC-SP e Articulador de Políticas Públicas voltadas para comunidades Indígenas em São Paulo na Secretaria Municipal da Igualdade Racial.

Chirley Pankará – Representante do Povo Pankará, Formada em Pedagogia, Mestre em Educação (EHPS/PUC-SP) e coordenadora dos CECIs Krukutu, Tenondé Porã e Jaraguá

Cristiano Navarro – Palestra: Debate sobre o filme e sua experiência com os povos indígenas Le Monde Diplomatique Brasil

Daniilo Silva Guimarães – Auto declarado Maxacali - Professor de Psicologia Cultural e Rede Indígena IP- USP. Palestra: Desafios para a formação de Professores sobre História e Cultura Indígena a partir da Psicologia Cultural.

Davi Guarani - Liderança Guarani Mbyá do Jaraguá – SP. Palestras: A experiência com a mostra de vídeos Indígenas - Programa Aldeias da Secretaria Municipal de Cultura-SP.

Ed Carlos Pankararu - Representante do povo Pankararu, formado em Letras na PUC/SP, Programa Pindorama PUC-SP.

Elias Honório dos Santos – Liderança Guarani Mbyá da Aldeia do Tenondé Porã – Palestra: Como é a vida na Aldeia Tenondé Porã.

Emerson Guarani - Representante do Povo Guarani Kaowá, Formado em Ciências Sociais – Pindorama/PUC-SP, Licenciado em História, Sociologia e Pós-Graduado em Gestão Pública nos EUA - co-autor da coletânea *A criação do mundo e outras belas histórias indígenas*. Palestra: Contexto Indígena e a Lei nº 11.645/08.

Fabio O. Nogueira – Doutorando USP - Palestra: Os Guaranis no Jaraguá

Fernanda Elias – Advogada e Defensora dos Direitos Indígenas. Palestra: Direitos Indígenas, afinal existem?

Ivandro Martins da Silva (Tupã Mirim) – Liderança Guarani Mbyá do Jaraguá – SP. Palestra: *Os impasses da Demarcação em São Paulo*

Jaciara Guarani – Representante do povo Guarani Mbyá da Aldeias do Jaraguá. Formada em Pedagogia e Serviço Social – Palestra: Universitários indígenas e a presença Guarani na Cidade de São Paulo.

Jerá Giselda Pires de Lima - Liderança Guarani Mbyá da Aldeia Tenondé Porã, formada em Pedagogia Intercultural – USP. Palestra: A Realidade Guarani na cidade de São Paulo.

Karai de Oliveira Paula – Representante do povo Guarani Mbyá. Palestra: *A experiência na luta pela demarcação de terras na cidade de São Paulo*.

Luar Sateré Mawê – Representante do Povo Sateré Mawê, formado em Direito – Pindorama/PUC-SP e Estagiário da Procuradoria Municipal do Meio Ambiente de São Paulo – Palestra: Direito à Alteridade.

Lucas Keese – Coordenador do Programa Aldeias da Secretaria Municipal de Cultura.

Maria Cicera de Oliveira - Liderança do povo Pankararu da cidade de São Paulo. Palestra: *A trajetória Pankararu*.

Pedro Macena - Liderança Guarani Mbyá da Aldeia do Jaraguá

Quanto a participação de não indígenas:

Renato Pankararé - Liderança Pankararé, conselheiro do Conselho Municipal dos Povos Indígenas da Cidade de São Paulo (COMPISP). Palestra: O Povo Pankararé na cidade de São Paulo.

Roberto Veríssimo de Lima - Liderança Guarani da Aldeia do Jaraguá.

Sassá Tupinambá – Representante do povo Tupinambá, assessor da comissão de Direitos Humanos da 116ª Subseção da OAB-SP.

Sonia Barbosa de Souza – Liderança Guarani Mbyá da Aldeia do Jaraguá

Spensy Pimentel - Professor de Etnologia Indígena na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios (Cesta-USP)

Tupã de Oliveira Paula – Liderança Guarani Mbyá da Aldeia Krukutu.

Foi um mês de intenso debate sobre a questão indígena, um momento importante para a formação professores, tendo em vista que na história recente do país os direitos adquiridos pelos povos indígenas estavam sendo ameaçados por representantes da bancada ruralista presentes no Congresso Federal e em outras estâncias de poder nos Estados e Municípios.

O evento Agosto Indígena mostrou a seu publico que os indígenas não viviam no passado, mas que possuíam uma historia marcada por particularidades e resitências diante do massacre ocorrido no Brasil nos últimos séculos.

3 II MOSTRA AGOSTO INDÍGENA NOS CEUS (2015): A RESISTENCIA INDÍGENA NA CIDADE DE SÃO PAULO: DIREITO A DIFERENÇA



Fig. 4. Folder de divulgação da II Mostra Agosto Indígena nos CEUS 2015³²

A organização da II Mostra Agosto Indígena de 2015 nos CEUs foi menos complicada, tendo em vista a experiência exitosa do ano anterior. O modelo já estava pronto, seriam oferecidos cursos de formação de professores, oficinas e apresentações culturais.

O primeiro passo foi a chamada para reuniões entre representantes indígenas e das Secretarias Municipais participantes. Decidiu-se que o tema escolhido para este ano seria: “A Resistência Indígena na cidade de São Paulo: direito à diferença”.

³²<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/II-Mostra-Cultural-Agosto-Indigena-nos-CEUs>

Em comparação a 2014, em 2015, o evento foi ampliado, aumentou o número de atividades desenvolvidas, de CEUs atendidos e como novidade para este ano algumas escolas iriam receber as atividades.

Abaixo, segue a relação de locais que receberam a II Mostra Agosto Indígena nos CEUs.

- 1) Diretoria Regional do Butantã em 31//08/2015, CEU Butantã
- 2) Diretoria Regional do Butantã em 31//08/2015, CEU Uirapuru 24/08;26/08;28/08
- 3) Diretoria Regional do Butantã na EMEF Amorim Lima 31/08/2015
- 4) Diretoria Regional de Campo Limpo – CEU Guarapiranga 31/08/;01/09; 04/09
- 5) Diretoria Regional de Campo Limpo – CEU Casa Blanca 24/08; 26/08; 28/08.
- 6) Diretoria Regional de Campo Limpo – CEU Paraisópolis 26/08;27/08
- 7) Diretoria Regional Capela do Socorro – CEU Cidade Dutra 01/09; 02/09; 03/09
- 8) Diretoria Regional Capela do Socorro – CEU Vila Rubi 08/09
- 9) Diretoria Regional Capela do Socorro – CEU Navegantes 26/08
- 10) Diretoria Regional Capela do Socorro – CEU Três Lagos 09/09
- 11) Diretoria Regional Capela do Socorro – CEU Parelheiros 25/08
- 12) Diretoria Regional Capela do Socorro – CEU Vila Rubi 08/09
- 13) Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasília – CEU Jardim Paulistano 29/08; 05/09; 12/09, 24/08; 26/08; 25/08 e 27/08.
- 14) Diretoria Regional de Ipiranga – CEU Parque Bristol 25/08; 26/08; 27/08; 31/08 e 01/09.
- 15) Diretoria Regional de Itaquera – CEU Azul da Cor do Mar 24/08; 26/08; 27/08; 28/08; 04/09
- 16) Diretoria Regional de Itaquera – CEU Vila Formosa 04/09
- 17) Diretoria Regional de Itaquera – CEU Aricanduva 27/08
- 18) Diretoria Regional da Penha – CEU Quinta do Sol 25/08; 26/08; 27/08
- 19) Diretoria Regional da Penha – CEU Tiquatira 28/08
- 20) Diretoria Regional de Pirituba – CEU Parque Anhanguera 28/08
- 21) Diretoria Regional de Pirituba – CEU Pera Marmelo 31/08; 01/09; 02/09
- 22) Diretoria Regional de Pirituba – CEU Vila Atlântica 25/08
- 23) Diretoria Regional de Pirituba – CEU Perus 02/09; 09/09; 16/09
- 24) Diretoria Regional de Pirituba – CEU Jaguaré 03/09.
- 25) Diretoria Regional de Santo Amaro – CEU Caminho do Mar 02/09; 03/09; 10/09.
- 26) Diretoria Regional de Santo Amaro – CEU Alto Alegre 25/08; 26/08; 27/08; 28/08

- 27) Diretoria Regional de São Miguel Paulista – CEI Vila Pedroso 27/08
- 28) Diretoria Regional de São Miguel Paulista – CEU Vila Curuça 19/08; 20/08; 21/08
- 29) Diretoria Regional de São Miguel Paulista – CEU Tres Pontes 26/08
- 30) Diretoria Regional de São Miguel Paulista – EMEF Marisa Moretti 27/08
- 31) Diretoria Regional de Jacanã - CEU Jaçanã/EMEF Lourenço Filho 20/08; 27/08; 03/09
- 32) Diretoria Regional de Guaianases – CEU Lajeado 27/08; 03/09; 12/09

Além dos cursos, foram propostas oficinas e apresentações culturais e mostras de cinema:

- 1) Oficina: Artesanato Kariri-Xocó
- 2) Mostra de Cinema Guarani
- 3) Cantos e Dança Borum-Krekmun
- 4) Canto e dança Pankararu (Toré)
- 5) Peça de Teatro: Crepúsculo Guarani
- 6) Apresentação Cultural: OZ Rap Guarani
- 7) Oficina: Grafismo e Artesanato Borum Krekmun
- 8) Oficina: Artesanato Guarani –
- 9) Apresentação Cultural: Canto e dança Pankararu (Toré)
- 10) Apresentação Cultural: Toré Indígena Pankararé
- 11) Oficina: Artesanato Kariri-Xocó
- 12) Oficina: Artesanato Pankararé
- 13) Apresentação Cultural: Canto e dança Tupi
- 14) Apresentação Cultural: Toré Fulni-ô
- 15) Oficina: Artesanato, Brincadeira e Língua Guarani
- 16) Oficina: Artesanato Fulni-ô
- 17) Apresentação Cultural: Toré Indígena Pankararé
- 18) Apresentação Cultural: Toré Kariri-Xocó
- 19) Oficina: Xondaro – Guarani Mbyá
- 20) Oficina: Práticas Pintura Corporal Kamaiurá
- 21) Apresentação Cultural: Ritual da Tucandeira – Sateré-mawé
- 22) Oficina: Artesanato Confecção de Zarabatana
- 23) Oficina: Contação de História Sateré Mawé
- 24) Apresentação Cultural: Toré Indígena Pankararé
- 25) Oficina: Artesanato, Brincadeira e Língua Guarani
- 26) Apresentação Cultural: Explicação sobre as ervas medicinais e Canto e dança Tingui-Botó, Kariri-Xocó

- 27) Oficina: Artesanato Fulni-ô
- 28) Apresentação Cultural: Brincadeiras e danças Aweti
- 29) Oficina: Confeção de Zarabatana Wassu Cocal
- 30) Oficina: Xondaro – Guarani Mbyá
- 31) Apresentação Cultural: Cantos e Danças Kamaiurá
- 32) Apresentação Cultural: Toré Kariri-Xocó
- 33) Oficina: Práticas de Arco e Flecha Xavante
- 34) Apresentação Cultural: Canto e dança Pankararu (Toré)
- 35) Apresentação Cultural: Toré Wassu-Cocal
- 36) Oficina: Pintura Corporal Potiguara
- 37) Apresentação Cultural: Coral Guarani
- 38) Mostra de cinema Guarani e Oficinas com os Professores do Amorim Lima
- 39) Apresentação Cultural: Brincadeiras e danças Aweti

A II Mostra Cultural Agosto Indígena nos CEUs 2015, além ter contado com a participação de representantes aldeados da etnia Guarani Mbyá, contou com a presença de mais de 30 etnias que vivem em contexto urbano. Somaram-se este ano representantes das etnias: Borum-Krekmun, Kamaiurá, Potiguara, Pankará e Tupi.

A SMC-SP realizou entre os dias 05 e 19 do mês de Agosto a *1ª Mostra Agosto Indígena no Cine Olido* em comemoração ao Dia Internacional dos Povos Indígenas. Foram realizadas 23 sessões de filmes que tinham como temática a questão da luta pelos direitos territoriais, a produção de formação de cineastas indígenas e as relação entre indígenas e não indígenas.³³

Houve também a comemoração da ampliação das Terras Indígenas do povo Guarani Mbyá da cidade de São Paulo³⁴, com a exposição *Nhandekuary São Paulo Pygua - Os Guarani da cidade de São Paulo* que retratou as experiências do Programa Aldeias desenvolvido pela SMC-SP em parceria com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e as aldeias Guarani Mbyá de São Paulo.³⁵

A programação deste evento se deu de acordo com o seguinte cronograma: *Debate de abertura* - 5/08/2015 às 19h, convidados do Programa Aldeias, SMC e CTI. *Luta pela Terra* - 7/08/2015 às 21h, com Cristiano Navarro e Jerá Guarani. *Olhares Compartilhados* - 8/08/2015 às 17h, com Edgar Teodoro da Cunha e Tatiane Klein. *Cineastas Indígenas* - 14/08 às 21h, com Ariel

³³ Fonte: <http://programavai.blogspot.com.br/2015/08/1-mostra-agosto-indigena-no-cine-olido.html>

³⁴ Em setembro de 2017a portaria 683/17 do Ministério da Justiça (MJ), anulou a demarcação da TI Jaraguá.

³⁵ Idem.

Ortega e Patrícia Ferreira, diretores do filme Bicicletas de Nhanderu. *O Retorno da Terra Tupinambá* - 18/08 às 15h com Cacique Babau Tupinambá e Daniela Alarcon .³⁶

4 III AGOSTO INDÍGENA AUTÔNOMO (2016)



Fig. 4. Flyer de divulgação do Agosto Indígena 2016

Em 2016, diferentemente do que ocorreu nos anos anteriores, a SME-SP propôs um evento único para debater a questão Indígena, Africana, Afro-brasileira e Imigrante, comprometendo assim a continuidade do evento Agosto Indígena conforme pensado desde o princípio.

A CAPISP – Comissão de Articulação do Povos Indígenas de São Paulo e o Tribunal Popular, juntamente com diversas entidades e organizações sociais, se mostraram insatisfeitos com esta proposta e passaram a fomentar discussões em diversas outras regiões.

A principal reivindicação consistia na falta de consulta às comunidades indígenas quanto ao modelo que seria adotado para o evento, desconsiderando inicialmente aquele que foi o marco inicial do diálogo, o artigo 169 da OIT que colocou as entidades indígenas como principal articulador de suas propostas.

Visando a continuidade do evento, em 14 de junho de 2016, foi encaminhada uma nota ao Secretário Municipal de Educação, Gabriel Chalita. Esta foi assinada pela Comissão de

³⁶ Idem.

Articulação dos Povos indígenas de São Paulo – CAPISP, GT Indígena do Tribunal Popular, Programa Pindorama, Pastoral Indigenista de São Paulo. Abaixo segue trechos da carta:

Realizar em separado não significa que a SME segmenta as minorias, mas sim as valoriza e por isso dedica um mês de ações para cada uma delas. Não obstante, as ações que a SME vem realizando nos últimos dois anos, ainda não são suficientes para implementação da LDB, no que reza a Lei 11.645/08, já que a mesma obriga o ensino das HISTÓRIAS E CULTURAS DOS POVOS INDÍGENAS no cotidiano escolar e sabemos que isso não ocorre nas escolas municipais, salvo exceções. Vale lembrar, que o Brasil é signatário da Convenção 169 da OIT e que portanto, qualquer mudança em políticas públicas, mesmo que inclusão ou exclusão delas, deve ser amplamente discutido com a população indígena direta e indiretamente impactada. E não pode fazer outra interpretação da referida legislação, senão a consulta ampla à população indígena, de preferência que se escute às organizações indígenas e as lideranças de cada povo, no caso da Cidade de São Paulo, são mais de 30 povos, com mais de 35 mil membros, portanto não adianta uma única liderança ser consultada, pois no máximo, esta liderança só fala por seu povo ou sua comunidade, se assim for designada para representar seu respectivo povo e não pelos povos indígenas residentes na cidade. Portanto, tirar o foco da questão indígena, no “Agosto Indígena” muito prejudica a nós, povos indígenas e colabora para a invisibilidade que vimos combatendo, pelo menos na esfera municipal, com a realização desta jornada de formação de educadores, no intuito de um dia ser possível vermos a Lei 11645, de fato implementada na rede municipal de ensino.

Inúmeras foram às reuniões com representantes da SME-SP e representantes indígenas pela continuidade do evento Agosto Indígena em 2016, mas não houve acordo.

Diante deste cenário, Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo (CAPISP) e o Tribunal Popular se articularam de forma autônoma com diversas outras organizações para realizar o evento. Foi assim que em 16 de Agosto de 2016 teve início a abertura do evento autônomo no *Patteo do Collegio* em São Paulo. Todo o evento seria pautado pelo seguinte tema *Qual o espaço Social que o Capitalismo nos reserva – Genocídio e Étnocídio*.

Compuseram as atividades organizações como o MAE (Movimento Autônomo pela Educação), Espaço Milton Santos em São Matheus, Rede Indígena do Instituto de Psicologia de São Paulo –IP/USP, Faculdade Paulista de Serviço Social, Al Janhia, Faculdade de Filosofia da USP, EMEF Almirante Sylvio Heck, Levante Indígena da USP, entre outras organizações.

Entre os eventos destacamos:

- 1) A abertura foi realizada no Patio do Colegio no Centro de São Paulo com a presença das etnias Pankará, Pankararé e convidados.
- 2) Que Espaço Social o Capitalismo nos Reserva? Quem Resistiria e Lutaria contra o extermínio por mais de 500 anos? O Espaço Milton Santos, localizado no extremo da periferia (Bairro de Pirani em São Matheus) reuniu um grupo de

Professores, Comunidade e alunos do entorno da E.E. Prof Ademar Antonio Prado.

3) O Debate sobre a Resistencia Indigena e Defesa dos Direitos Indigenas realizado na FAPSS- Faculdade Paulista de Serviço Social

4) Historia, Memoria dos Povos Indigenas:a luta por direitos e as Politicas Sociais, realizado na PUC-SP com apoio da Apropuc, Graduação e Pós graduação em Serviço Social da PUC-SP.

5) Que Espaço Social o Capitalismo nos Reserva? Genocidio e Etnocidio Indígena – 516 anos a invasão à Ditadura e ao Capitalismo, realizado no Espaço Al Janiah.

6) Roda de conversa: Fortalecendo a Presença de Indígenas nos Movimentos Indígenas da Capital de São Paulo, no Instituto de Psicologia da USP- Rede Indigena.

7) O Levante Indigena realizou uma deliciosa conversa junto aos alunos da Faculdade de Educação de São Paulo. Usp.

8) Movimentos Autonomistas como o MAE fizeram inserções sobre a luta indigena em varias frentes de luta na cidade de São Paulo. Entre outros eventos...

No Agosto Indígena Autonomo foram organizadas atividades que aconteceram em diversos locais da cidade de São Paulo e foi um momento importante para os Movimentos Indígenas de São Paulo pensarem outros caminhos e ações juntamente com parceiros de outras vertentes. Os Movimentos Indígenas se aproximaram dos Movimentos Libertários, que têm por características os pensamentos de liberdade anarquista. Este pode ser entendido pelo excerto de Errico Malatesta:

O anarquista é, por definição, aquele que não quer ser oprimido e que não quer ser opressor, aquele que deseja o maior bem-estar, a maior liberdade, o maior desenvolvimento possível para todos os seres humanos. Suas ideias e suas vontades têm origem no sentimento de simpatia, de amor, de respeito para com a humanidade: um sentimento que deve ser suficientemente forte para fazer com que cada um queira o bem dos outros, assim como quer o seu próprio bem, renunciando as vantagens pessoais cuja obtenção requer o sacrifício dos outros. (MALESTRA, 2009, p. 30)

Este novo momento foi compreendido como uma oportunidade de fortalecimento da luta e resistência dos Movimentos Indígenas por autonomia, conforme cita Acácio Augusto, Pablo Ornelas Rosa e Paulo Edgar R. Resende em *Resistência Anarquista em Novíssimos Movimentos Sociais*:

Um espectro ronda a Ciência Política – o espectro da ação política que foge de institucionalizações, da busca por hegemonia ou do controle e influência sobre o Estado. Os saberes legitimados como conhecimento científico da área coincidem na busca de enquadrar essas atuações em algum tipo de normatização reconhecida pelos paradigmas teóricos consolidados nos espaços acadêmicos. Necessitam encontrar uma possibilidade de localizar as ações políticas coletivas e

individuais que passaram a escapar à leitura das classes sociais e/ou grupos de pressão organizados em partidos, sindicatos, conselhos, associações, empresas e quaisquer outros espaços da vida cotidiana institucionalizada. (AUGUSTO, ROSA, RESENDE, 2015, p. 15)

E continuam:

Algo de novo ou de novíssimo está acontecendo. Essa novidade advém do reconhecimento das multiplicidades e de suas possibilidades e potencialidades de lutas e resistências que escapam àquelas apresentadas como as únicas formas possíveis de se conquistar espaços políticos. Os movimentos anarquistas históricos sempre buscaram localizar relações de poder, dominação e repressão mostrando como elas operam, no intuito de destruí-las posteriormente na busca pela horizontalização do poder (AUGUSTO, ROSA, RESENDE, 2015, p. 15)

Diante de uma nova possibilidade de unir forças e pensar alternativas para a luta das minorias em São Paulo, os representantes indígenas se aproximaram dos Secundaristas, que realizaram um dos maiores movimentos da história da Educação de São Paulo. A ocupação de 240 escolas em todo Estado de São Paulo.

Até então os professores atendidos eram ligados a prefeitura de São Paulo e diante desta mudança, começou-se a dialogar com muitas organizações ligadas aos professores do Estado de São Paulo.

Neste sentido MAE, O Movimento Autonomo pela Educação, que desde o início das ocupações Secundaristas fortaleceu a luta pela autonomia dos alunos, tornou-se um grande parceiro na luta pela implementação da Lei nº 11.645/08. A perspectiva da prática libertaria, tendo em vista que a educação é um fator primordial para a liberdade dos alunos no que diz respeito à inversão da cultura europeia, eurocentrista e etnocêntrica, se conjugou perfeitamente com a visão dos povos indígenas, que propõem que implementação da Lei irá realizar a mudança necessária para a educação mais justa e democrática.

Diante disto, o MAE, o Levante Indígena e o GT indígena do Tribunal Popular, estavam antenados com a nova dinâmica que se iniciava em 2016, a criação de um Agosto Indígena alternativo ao modelo institucionalizado.

Vale destacar que mesmo insatisfeitos, os Movimentos Indígenas da capital de São Paulo decidiram participar do evento organizado pela SME-SP, justamente para dar continuidade e denunciar as ações anti-indígena e anti-democrática que se acirravam por parte do Governo Federal. O objetivo era manter um espaço de resistência da luta indígena na cidade de São Paulo.

A partir destes eventos verificou-se que a discussão sobre a temática indígenas estava se intensificando nas escolas, muitas estavam organizando atividades e debates de forma autônoma e convidando vários indígenas para participar. Demonstravam o interesse de continuar a descobrir os caminhos a se percorrer para a implementação da Lei nº 11.645/08 e somar forças para a denuncia das ações anti-indígenas que estavam se intensificando em todo o país. Pioneiros dentro desta luta juntamente com os povos indígenas de São Paulo tem sido o Cieja Campo limpo³⁷ que há tempos tem organizado eventos sobre a temática indígena.

Além das escolas, outras entidades de luta libertária como o Movimento Autônomo pela Educação, Tribunal Popular, Espaço Milton Santos de São Matheus, Cine Campinho em Guaianases, Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, entre outras entidades abrilhantaram o Agosto Indígena 2016 e 2017. Surgia assim um modelo não institucionalizado e pela via da horizontalidade.

Os eventos tiveram intensa participação de indígenas e militantes da causa como: Sassá Tupinamba, Giva Leonel, Yolanda Potiguara, Amaro Potiguara, Casé Angatu, Chirley Pankará, Emerson Guarani, Cristina Roseno, Letycia Paya ya entre outros.

5 AGOSTO INDÍGENA (2017)

O ano de 2017 iniciou com varias reuniões do Conselho de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo que discutiu a importância de se dar continuidade no evento Agosto Indígena e a implementação da Lei nº 11.645/08. E carece de avaliação que em breve iremos dispor para toda a rede de educação do Brasil e frentes de lutas alternativas de todo país.

REFLEXÕES FINAIS

O Agosto Indígena, realizado entre os anos de 2014 a 2017, foi uma experiência de aplicação da Lei nº 11.645/08, cujo protagonismo das populações indígenas de São Paulo foi central neste processo. Constituiu uma ação afirmativa que procurou dialogar com os desafios atribuídos para a educação atualmente: pensar o currículo como um espaço de reflexão sobre seus processos de aprendizagem, um lugar de permanente reconstrução, de luta para constituição

³⁷ Local: CIEJA Campo Limpo, localizado na Zona Sul de São Paulo (SP). Mais informações encontram-se disponível em <http://blogdociejacampolimpo.blogspot.com.br/p/historia.html>

do protagonismo de populações historicamente excluídas, um espaço que defenda a diversidade e a diferença.

Para isso, acredita-se que a formação de professores é fundamental para esta transformação. Ao longo destes anos o evento contou com muitos parceiros: indígenas, professores e indigenistas. Foram oferecidas aproximadamente 10.000 vagas em cursos de formação de professores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, sempre privilegiando o protagonismo indígena.

Por fim, acredita-se que eventos como o Agosto Indígena são fundamentais para a diminuição do preconceito e desigualdades, pois vislumbra uma educação descolonizadora, em que há o reconhecimento da importância de todas as culturas, partindo do princípio que a valorização dos diversos sujeitos históricos constituem experiências inestimáveis que podem transformar a sociedade.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Acácio. ROSA, Pablo Ornelas. RESENDE, Paulo Edgar R. *Resistência Anarquista em Movimentos Novíssimos Movimentos Sociais*. In: XVII Congresso Brasileiro de Sociologia 20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre (RS).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. D.O.U de 05/10/1988

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/2003

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. D.O.U de 11/03/2008

_____. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre os povos indígenas e tribais. D.O.U de 19/04/2004

GUARANI, E. de O. Reflexão para as(os) psicólogas(os) no “Dia do Índio. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. *Povos indígenas e psicologia: a procura do bem viver*. São Paulo: CRP SP, 2016

_____. A construção de políticas públicas voltadas para universitários indígenas e o resgate cultural de grupos étnicos que vivem em contexto urbano: os desafios para se trabalhar a questão étnica no Brasil . In: *VV.AA PUEBLOS INDIGENAS Y EDUCACION* . Quito- Equador. Abyayala, 2015.

IBGE (2010). *Censo Demográfico 2010: Características gerais dos indígenas – Resultados do Universo*. Rio de Janeiro: disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf. Acesso em: 14 de março de 2016.

JANUÁRIO, E. *Aspectos histórico-econômico das relações étnico-raciais no Brasil: um método para a formação de educadores para a Educação das relações Étnico-Raciais na cidade de São Paulo*. Sankofa. Revista de Histórica da África e de Estudos da Diáspora Africana, Ano VII, nº XV, Agosto/2015

MALATESTA, E. *Anarquismo e Anarquia*. Faisca Publicações Libertarias, 2009.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação. Núcleo Étnico-racial. *O que é importante lembrar no “dia do índio”: subsídios para a discussão da História e Cultura Indígena*, 2014. Disponível em: <https://groups.google.com/forum/m/#!topic/emei-joaquim-manuel-de-macedo/Dt315wEPPUA>

_____, Secretaria Municipal de Educação. *Programação da II Mostra Agosto Indígena nos Ceus – 2015*. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/18348.pdf>

_____, Secretaria Municipal de Educação. *Programação da II Mostra Agosto Indígena nos Ceus – 2015*. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/II-Mostra-Cultural-Agosto-Indigena-nos-CEUs>.

_____, Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Divisão de Ensino Fundamental e Médio. *Direitos de aprendizagem dos ciclos interdisciplinares e autorial: História*. São Paulo: SME/COPED, 2016 (Coleção Componentes Curriculares em Diálogos Interdisciplinares a Caminho da Autoria)



Submissão: 18 de dezembro de 2017

Avaliações concluídas: 13 de abril de 2018

Aprovação: 10 de maio de 2018

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

CARDOSO, Fernanda Borsatto; GUARANI, Emerson de Oliveira. Agosto indígena: formação de professores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo para a aplicação da lei nº 11.645/2008. *Revista Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 19, N. 01, p. 1-25, e-190101, jan./jul., 2019. Disponível em: < <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive> >. Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >